



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

**PORTARIA N.º 024/2008/ 78.ª PJPPP**

**(Inquérito Civil)**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, através da 78.ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa e Proteção do Patrimônio Público Estadual, pela Promotora de Justiça infra-assinada, no exercício de suas atribuições conferidas pelo Art. 129, III, da Constituição Federal, Art. 8º, parágrafo 1.º da Lei n.º 7.347/85, Art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93 e art. 22 da Lei N.º 8.429/92;

**CONSIDERANDO**, que é função institucional e dever do Ministério Público, promover o Inquérito Civil, na forma da lei, para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem, na forma do Art. 25, IV, “a” e “b” da Lei n.º 8.625/93 e Art. 3º “a” e “b”, da Lei Complementar Estadual nº 011/93;

**CONSIDERANDO**, que cabe ao Ministério Público por esta Promotoria Especializada, adotar medidas administrativas e judiciais previstas em Lei para a defesa e proteção do erário público estadual no termos do inciso IX, do art.60 da Lei Complementar Estadual 011/93;

**CONSIDERANDO**, o recebimento de denúncia sobre possível existência de crimes de lavagem de dinheiro, fraude em licitações, improbidade administrativa entre outros, na TV CULTURA e no DETRAN do Amazonas, trazida através do Ofício n.º 036/2005/GAB/FP/AM;

**CONSIDERANDO** a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil em vista dos princípios que regem a Administração Pública e os direitos e garantias individuais, nos termos da Resolução n.º 548/07 - CSMP;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**R E S O L V E :**

I – Transformar o Procedimento Administrativo n.º 012/2005- 42.ª PJFPE em Inquérito Civil para apurar o fato acima denunciado;

II – Autue-se em Inquérito Civil sob n.º 024/2008/78.ª PJPPP.

III - Designar o servidor Paulo Ronaldo dos Santos Freire para secretariar os trabalhos.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Manaus, 06 de junho de 2008.

**Izabel Christina Chrisóstomo**  
Promotora de Justiça